ISBN: 9786588884539

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE INTERFASE A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016

JUNIA DE SOUZA SILVA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir as contribuições das Políticas Públicas de formação docentes no Brasil relacionando também aspectos ligados à emenda constitucional nº 95/2016 e seus impactos na educação brasileira. A Política Pública pode ser entendida como uma ação do Estado voltada para o enfrentamento de determinado problema público. Ações do Estado são primordiais para manutenção da educação e para aperfeiçoamento, assim como para melhoramento do campo. Este trabalho foi realizado através de uma análise da literatura atual sobre o tema, objetiva-se destacar possíveis problemas relacionados com as políticas públicas aplicadas no ramo docente e na melhoria da educação brasileira.

Palavras-chave: Educação; Emenda Constitucional nº 95/2016; Formação Docente; Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira é assegurada pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada atualmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Constituída no artigo 205 da constituição federal brasileira como direito de todos e dever do Estado e da família, a educação brasileira apoia-se no papel do que o Estado detém de educação.
assegurar o direito à O Estado, através da adoção de políticas públicas, aplicao direito a educação, fornecendo capacitação profissional dos professores, oferta acesso as escolas aos indivíduos e financia a educação no território nacional. Porém, apesar dos avanços, o Brasil enfrenta atualmente desafias ao que se referem ao financiamento educacional, disparidades regionais e socioeconômicas e variação na qualidade do ensino.

Pesquisadores como Darling-Hammond (2007, p. 67) apontaram que a qualidade do professor está diretamente ligada na aprendizagem dos alunos. Para ele, os estudantes que tiverem sorte de terem professores que sabem sobre o conteúdo substancialmente os melhores resultados.

Desta forma, políticas educacionais voltadas especialmente ministrado, alcançam para a formação de professores qualificados, integram ações do Estado em busca da qualidade no direito à educação. Para Sousa e Leal (2022, p. 04), as políticas públicas traçadas para a formação profissional de professores envolvem desafios sociais e políticos associados ao comprimento do direito educacional.

Já Barber e Mourshed (2007, p. 43), os sistemas políticos educacionais mais bem-sucedidos foram aqueles que envolveram uma maior capacidade de atrair, formar e reter bons profissionais para a docência, configurando as quatro dimensões focadas no processo de atratividade, formação, retenção e avaliação de professores.

Diante disso, o presente artigo teve como objetivo de discutir sobre algumas das Políticas Públicas aplicadas na formação do docente no Estado brasileiro.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada no presente artigo consistiu em uma pesquisa documental relacionada o tema educacional, se validando de legislações e autores renomados na área para

DOI: 10.51189/conapec2024/39199

ISBN: 9786588884539

compor o embasamento da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 As Políticas Públicas de Formação Docente

O Brasil enfrenta muitos problemas para ofertar o ensino. Dentre os principais estão: as desigualdades educacionais, financiamentos governamentais insuficientes, problemas na infraestrutura das escolas, qualidade do ensino questionável, evasão escolar e a formação inadequada de docentes.

A formação de docentes tem sido considerada um dos principais desafios no campo das políticas educacionais brasileira. Isso porque, recai sobre ela grande expectativa no sentido de resolver os problemas que a educação atual apresenta (SOUSA; LEAL, 2022, p. 04).

A formação inadequada de docentes e a falta de valorização profissional contribuem para uma qualidade baixa do ensino. Salários baixos aumentam a rotatividade dos profissionais, ou causam cansaço ao extremo, uma vez que o profissional trabalha em mais instituições para aumentar a sua renda, o que afeta diretamente a qualidade do ensino.

Educação de qualidade requer professores flexíveis e com conhecimentos profundos para lidar com diferentes níveis de alunos. O professor necessita ser capaz de avaliar o aprendizado dos seus alunos, e caso necessário, adaptar sua instrução diferentes práticas de ensino (DARLING-HAMMOND, 2014, p. 232).

Além disso, Oliveira e Santos (2018, p. 23) descrevem que o fortalecimento de políticas aplicadas na formação de professores promove condições para que os melhores profissionais estejam aptos no exercício da prática docente, construindo uma carreira digna e com salários e condições de trabalhos melhores.

A formação docente é um processo que estende para a vida do docente. Seu início na formação inicial da carreira se prolonga ao longo dela enquanto docente (SOUSA; LEAL, 2022, p. 05). Ou seja, o docente passa a vida se preparando para estar em sala de aula, "vislumbrar o professor como alguém que aprende ao ensinar, em vez de alguém que já acabou de aprender a ensinar", vem de uma tarefa muito mais longa e sensível sobre os efeitos do ensino (DARLING-HAMMOND, 2007, p. 238).

Na pesquisa de Souza e Leal, (2022, p. 06) foi demonstrado que antes da promulgação da LDB, apenas 25% dos professores da educação básica no Brasil possuíam formação superior. Diante disso, houve um esforço governamental em todos os níveis para que a ampliação da oferta de cursos na formação docente fosse oferecida, especialmente para profissionais já em exercício, como forma de qualificação.

A implementação de Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) destacaram-se pela transformação da qualidade dos docentes no processo de ensino e pelo aperfeiçoamento profissional para área.

Instituído pela Portaria Normativa nº 38/2007, o PIBID oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. Desta forma, o programa antecipa uma vivência do profissional na área futuramente atuante.

Diante disso, abre-se um parêntese para a qualidade dos cursos ofertados na formação docente e as intercorrências relativas à qualidade dos cursos de licenciatura. Para Barretto (2015, p. 687), nos modelos de formação de professores "prevalecem arquétipos que remontam aos períodos fundacionais dos sistemas de ensino e explicam a permanência de desequilíbrios históricos na composição dos currículos das licenciaturas".

Portanto, não basta somente que o investimento governamental seja realizado no

DOI: 10.51189/conapec2024/39199

ISBN: 9786588884539

currículo do profissional docente, há necessidade de que o modelo de aperfeiçoamento aplicado também seja repassado com as mudanças que o mercado educacional apresenta, ampliando ainda mais o processo de mudança no âmbito de formação educacional.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo apresentou aspectos sobre as Políticas Públicas atuais e a formação docente no Brasil. No contexto atual, a profissão docente se tornou atraente para a parcela da população das camadas sociais mais baixas e predominantemente formadas por mulheres.

As políticas públicas aplicadas na educação atualmente apresentam aspectos ineficientes, como Emenda Constitucional nº 95/2016, que apresentou congelamento nos gastos públicos, principalmente na área da educação. A aprovação desta emenda realizada no Brasil apresentou um retrocesso e um aprofundamento da crise econômica que o governo queria evitar, mas este implementou ações inconsistentes para enfrentamento desta.

Historicamente, não houve fortalecimento da atratividade para retenção de profissionais na área docente, pelo contrário, as políticas públicas se destacaram como ineficientes para angariar bons profissionais e para retê-los nas instituições. Políticas como PIBID e o FUNDEB se destacam, mas ao longo dos anos não diminuem as dificuldades no campo docente.

Ações políticas como o enrijecimento imposto pela emenda constitucional nº 95/2016 impactava diretamente (educação, assistência social e saúde) apresentam sinais de estagnação, retrocesso e decadência. Como consequência, há introspecção no país onde a nação precisa prosperar, apresentando assim vários sinais de decadência.

A EC 95/2016 revogada em 2022 conseguiu a garantia da defesa da classe dominante brasileira incluindo-se como “socializador da miséria” pela sua ineficiência política. Mesmo revogada, esta política pública apresentou um retrocesso em garantias fundamentadas em ideologias econômicas e sociais.

Observa-se que a dinâmica educacional atual é apresentada pela precariedade das instituições educacionais públicas e pela falta de bons profissionais docentes. Assim, as políticas públicas tem o papel primordial para melhoramento do cenário atual. Ações governamentais na educação devem ser incisivas tanto na formação docente, quanto na retenção de profissionais.

REFERÊNCIAS

BARBER, Michael; MOURSHED, Mona. **How The World’s Best-Performing School Systems Come out on Top.** New York: Mackinsey & Company, 2007.

BARRETTO. Elba Siqueira de Sá. **Políticas de Formação Docente para a Educação Básica no Brasil:** Embates Contemporâneos. Revista Brasileira de Educação. v. 20. n. 62, jul./set. 2015, p. 679-701.

BRASIL, Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>. Acesso em: 17 abr. de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996a.

DOI: 10.51189/conapec2024/39199

ISBN: 9786588884539

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 38,** de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência-PIBID, 2007.

BRASIL.**Constituição de República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

DARLING-HAMMOND, Linda. A Importância da Formação Docente. *In:* Cadernos Cenpec. v.4. n.2. dez. 2014. São Paulo. P. 230-247.

DARLING-HAMMOND, Linda. Building a System for powerful teaching and learnig. *In:* WEHLING, R. (Org.). Building a 21st Century U.S education system. Washingyon, DF: National Commission on Teachinf and America's Future, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; SANTOS, Kildo Adevair dos. **Políticas de Formação Docente e a Educação em Tempo Integral.** Revista Práxis Educacional. v. 14, n. 28. p. 16-40, 2018. Vitória da Conquista.

SOUSA, Laura Maria Andrade de; LEAL, Maria Valéria Santos. **Políticas Públicas de Formação Docente e os Reflexos na Qualidade da Educação.** Revista Epistemologia e Práxis Educativa. EPEduc. n.1. v.05. jan/abril 2022. Teresina.

DOI: 10.51189/conapec2024/39199